

## AOS DIRIGENTES E ATIVISTAS SINDICAIS

**O tempo é de lutar e não o fazer agora seria pôr em causa o futuro profissional e pessoal de toda a classe.**

Temos resistido ao apagão e temos de garantir a recuperação do tempo “roubado”. A perda de tempo de serviço teria as mesmas consequências negativas da divisão da carreira que nos foi imposta não há muito tempo, mas que derrotámos com a nossa luta. Em relação à aposentação seria péssimo.

Jamais aceitaremos o roubo e o empobrecimento que nos querem impor. Temos que dar o exemplo de mobilização tendo em vista a concentração do dia 24. Não há força que vença quem tem razão e nós, todos juntos, vamos prová-lo mais uma vez.

Estamos em meados de janeiro e o governo ainda não deu sinal de pretender iniciar as negociações, a que está obrigado pela Lei do OE de 2019, sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores. Irá usar todos os estratagemas para não contar esse tempo e um deles é o adiamento do processo negocial, empurrando-o para momento em que já não teria qualquer consequência.

O tempo útil para a negociação será final de março, meados de abril. A partir daí tudo se complica. O país entra em modo eleitoral, com as europeias em maio e as legislativas logo a abrir outubro. O final do ano letivo será marcado por uma forte pré-campanha e o início do seguinte pela campanha para mais uma Legislatura, com a Assembleia da República já sem competências para legislar e o governo em mera gestão. Nesse período, podemos e devemos chamar a atenção sobre quem penalizou e desrespeitou os professores, mas não esperemos soluções que seriam apelidadas de eleitoralistas, ainda mais quando sabemos que o Primeiro-Ministro está mesmo convencido que a guerra que move aos professores lhe dá votos... É quase um retomar, ainda que sem o explicitar, da máxima de Lurdes Rodrigues “Perdi os professores, mas ganhei na opinião pública”.

Para os professores, os 2 anos, 9 meses e 18 dias que o governo quis impor não eram solução, pois, ao serem apagados mais de 6,5 anos de tempo de serviço, a par de outras perdas que resultaram de transições entre diferentes estruturas da carreira, a maioria dos professores continuaria impedida de atingir os patamares superiores da carreira. Para quem já está nesses escalões, acresceriam, às perdas salariais que se repercutirão na sua pensão de aposentação, as penalizações fortíssimas que incidem sobre uma eventual saída antecipada.

É também importante esclarecer que da entrada em vigor do decreto-lei que o Presidente da República vetou não resultaria qualquer benefício para os professores em 2019. Mesmo quem passasse para o 5.º escalão (e precisava de ter vaga) em 2019, apesar de este ser apenas de 2 anos, como teria de ser avaliado e reunir horas de formação para passar ao 6.º (a progressão não é automática, como alguns dizem por aí...), não progrediria ao seguinte antes do último terço de 2020, para além de perder mais de 6,5 anos de tempo de serviço.

Também não é verdade, como afirmou um ex-secretário de estado (que cessou funções por razões pouco éticas), que a recuperação do tempo de serviço obrigasse a aumentar impostos. O que impõe o aumento dos impostos são os milhões gastos com a má gestão de banqueiros e com os atos de corrupção que, infelizmente, tanto afetam o nosso país.

Pelo contrário, os professores, com o seu desemprego, a sua precariedade, os cortes salariais, os congelamentos da carreira, o agravamento do seu horário de trabalho, sem considerar os impostos que pagaram, já contribuíram com mais de dez mil milhões de euros por conta de uma crise que não provocaram. Ainda que a recuperação custasse o que, sem confirmação, tem sido propalado, ela significaria 0,06 do que os professores perderam!

Nós exigimos a recuperação integral do tempo de serviço (os 9 Anos, 4 Meses e 2 Dias) porque é justo, porque o trabalho cumprido terá de ser respeitado, porque seria discriminatório não recuperar (tanto em relação à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, como aos colegas que exercem na Madeira e nos Açores) e, até, resolvida a situação nas regiões autónomas, seria de constitucionalidade duvidosa não contabilizar todo o tempo cumprido a quem exerceu no continente. Mas não é só isso:

- **A não recuperação integral do tempo teria o mesmo efeito que era pretendido pelo governo de Sócrates com a divisão da carreira (titulares) ou com o de Cavaco Silva com a candidatura ao 7.º escalão – a grande maioria dos professores não passaria do índice 245, ficando muito longe do topo.**

- Hoje seria a mesma coisa, a não contabilização deste tempo deixaria a maior parte dos professores no mesmo índice 245 (6.º escalão), muito longe do 370 (atual topo, com mais de 1100 euros de diferença). Poucos seriam os que sem o tempo todo contado e com os crivos das vagas no acesso ao 5.º e ao 7.º escalões, iriam além do 6.º escalão, podendo concluir-se que **a não contagem de todo o tempo é apenas uma variável da candidatura ao 7.º escalão e da divisão da carreira imposta por Lurdes Rodrigues.**

- Mas há mais: Para estes colegas, os que estão abaixo dos 25/30 anos de serviço, **o impacto na aposentação seria brutalmente negativo.** Tendo permanecido vários anos com salário muito abaixo do que lhes era devido e não posicionados, por recuperação integral, onde têm direito, a sua pensão, quando chegasse a altura, não atingiria, sequer, os mil euros líquidos, sendo condenados à pobreza num momento importante da vida. Não podemos deixar que façam isso aos professores.

Mas também para os que já estão nos escalões de topo a situação é inaceitável. Já não podendo recuperar qualquer tempo na carreira, para estes professores há perdas irreparáveis, que resultam dos anos de congelamento a que acresceram os cortes na ordem dos 10%. A repercussão daqueles anos na pensão de aposentação será muito significativa.

Por isso, para esses colegas, é muito importante que possam usar para a aposentação o tempo que perderam com os congelamentos, sob pena de, em cima daquelas perdas, se somarem outras e muito violentas. Veja-se neste exemplo:

- Um professor com 40 anos de serviço (vida contributiva completa) se tiver 60 anos, já tem todo o tempo exigido de descontos, mas, por força da penalização da idade e do chamado fator de sustentabilidade, teria um corte de 53% em cima de um valor que também já era reduzido.

É uma vergonha que se roube assim quem trabalhou e não tenhamos dúvidas: ou lutamos ou o processo de empobrecimento da profissão docente, pretendida pelo governo (este e outros que o antecederam), impor-se-á rapidamente.

Não podemos deixar que isto aconteça com as gravíssimas consequências que daí resultariam para os professores, mas, também, para o futuro da Educação, logo para o futuro do País. isto porque a situação que vivem os professores e os sucessivos ataques que lhes são movidos estão a afastar os jovens da profissão. **Este ano foi o que registou menor número de candidatos aos cursos de formação inicial de professores**, os que se apresentaram foram alunos com médias baixas do secundário e mais de 1/3 dos lugares ficaram desertos. Dos 21 cursos de formação inicial de docentes, 12 tiveram menos de dez candidatos e escolas superiores de educação, como Guarda e Portalegre, tiveram, respetivamente, zero e um candidato.

Ao desvalorizarem a profissão docente (com esta questão do tempo de serviço, mas não só, também a precariedade, os horários de trabalho, a aposentação, a ameaça de municipalização e tantos outros problemas não resolvidos), os governos estão a pôr em causa o futuro do País e isso tem de nos mobilizar, enquanto profissionais e também enquanto cidadãos.

**Nós somos Dirigentes, Delegados e Ativistas Sindicais. Estamos, por isso, mais atentos, temos mais informação, assumimos maiores responsabilidades e obrigamo-nos a ser os primeiros a dar a cara na luta.**

Temos de saber, neste momento, ultrapassar as dificuldades à participação na luta, pois vivemos um tempo que é quase de “tudo ou nada”. Temos, com o nosso exemplo, de puxar pelos outros colegas para a luta. É claro que há sempre alguma coisa que poderá justificar, com alguma legitimidade, a dificuldade à participação, mas temos de saber remover os obstáculos e estar presentes. Não podemos falhar.

O governo não quer negociar e nós temos de o exigir na rua, com visibilidade. Não vale a pena refugiarmo-nos num “isto só vale a pena se for a partir”. Poderá ter de ser, porque, como afirmava Robespierre, “não se fazem omeletes sem quebrar ovos”, mas, para aí chegarmos, temos de criar movimento, mobilização e essa só acontecerá se formos nós a agitar a pasmaceira em que o governo quer que a situação se afunde.

Exigimos ao Primeiro-Ministro que a primeira reunião fosse convocada até dia 18. Se não for, vamos exigí-lo na rua, **no dia 24, numa grande Concentração junto ao Ministério da Educação, que se deslocará para a Presidência do Conselho de Ministros, onde os ministros estarão reunidos, para o exigir de forma bem audível, ali, na rua. Temos de estar todos/as e de levar connosco outros/as colegas que possam participar** (terão as faltas ao serviço justificadas).

Temos também de conseguir, até final do mês, o maior número de assinaturas no **Abaixo-Assinado** que circula e se encontra no nosso site e dos outros Sindicatos. Iremos entregá-lo, no início de fevereiro, ao governo, caso ainda não haja negociação ou, havendo, nos for apresentada uma proposta que não contemple a recuperação de todo o tempo.

A partir daí, será, então, o tempo de “quebrar os ovos para fazer a omelete”. Teremos de fazer uma das maiores Manifestações de sempre e teremos de partir para ações, como greve ou greves ou outras exequíveis (pedindo que nos continuem a fazer chegar propostas) que constituam a forte resposta ao roubo que nos querem fazer, à desconsideração pelo trabalho dos professores, à humilhação e ao empobrecimento forçado de quem tem dado o seu melhor ao país, com o trabalho que desenvolve com as suas crianças e jovens.

Já não é tempo de expectativa. Nunca foi tempo de baixar os braços. O tempo é de luta!

Seremos mais fortes na negociação se for muita a força que, com a sua luta, os professores nos transmitirem. Reforcemos os elos dessa cadeia de luta, sendo nós, os primeiros a dar o exemplo.

Participa e ganha outros colegas para estarem presentes!

Lisboa, 16 de janeiro de 2019

